

***Noam Chomsky e o jornalismo:
Linguista, ativista e analista de conteúdo***
***Noam Chomsky and journalism:
Linguist, activist and content analyst***



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1963>

Rafael Duarte Oliveira Venancio

Doutor em Meios e Processos Audiovisuais – USP

Professor de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

rdovenancio@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-0801-7555>

Recebido em: 04/10/2016 – Aceito em: 15/12/2016

Resumo: O objetivo do presente trabalho é mostrar como a metodologia do modelo de propaganda está intimamente relacionada tanto com os livros ativistas de Chomsky bem como com o seu trabalho em linguística, englobando os estudos sobre a gramática gerativa bem como a questão mente e linguagem. Vemos aqui que, com sua ferramenta de Análise de Conteúdo, Chomsky, tal como fez com a linguística tradicional, quebra a condição de uma análise mais estruturalista, muitas vezes privilegiada no cenário de pesquisa em Jornalismo. Entendendo a linguagem e entendendo o jornalismo, Chomsky pode analisar um quadro mais preciso de forças do âmbito sócio-político-econômico, provendo um ativismo crítico que se torna mais próximo do alcance da esfera pública.

Palavras-Chave: Noam Chomsky. Linguística. Ideologia Política. Jornalismo. Análise de Conteúdo.

Abstract: The objective of this work is to show how the methodology of the advertising model is closely related to both Chomsky's activist books as well as his work in linguistics, encompassing his studies of generative grammar and mind-language issue. Here we see that with his tool of content analysis, Chomsky, like he did with traditional linguistic turn, breaks the mainstream condition of a more structuralist analysis, often privileged in Journalism research setting. Understanding language and understanding journalism, Chomsky can analyze a more accurate scene of the forces in the socio-political-economic context, providing a critical activism that becomes closer to the public sphere.

Keywords: Noam Chomsky. Linguistics. Political Ideology. Journalism. Content Analysis.

Uma análise de conteúdo, um ativismo

No célebre *Manufacturing Consent* (1988), Noam Chomsky e Edward S. Herman descrevem o chamado “modelo de propaganda” que filtraria as notícias em busca da mobilização de apoio para os interesses especiais do Estado e da atividade privada. Em uma espécie de solidariedade orgânica inconsciente, a mídia ajudaria a manutenção do *status quo* ao passar as “todas as notícias possíveis” nos cinco filtros do modelo de propaganda, a saber: (1) a busca por lucros da corporação jornalística; (2) publicidade externa; (3) confiança nas informações estatais e nos *experts*; (4) fogo anti-mídia; e (5) anti-

comunismo ou anti-eixos do mal.

Tal mecanismo de análise de conteúdo se torna uma ferramenta poderosa para os pesquisadores e para o próprio Chomsky realizarem estudos sistemáticos e comentários acerca da condição jornalística existente. Além disso, talvez seja um dos únicos conceitos teóricos da área que ganhou uma ampla divulgação com o grande público, sendo alvo de documentários tais como *Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media* (1992), o documentário canadense mais bem sucedido do século XX.

O objetivo do presente trabalho é mostrar como a metodologia do modelo de propaganda está intimamente relacionada tanto com os livros ativistas de Chomsky, tal como *Necessary Illusions* (1989), bem como com o seu trabalho em linguística, englobando os estudos sobre a gramática gerativa bem como a questão mente e linguagem.

Vemos aqui que, com sua ferramenta de Análise de Conteúdo, Chomsky, tal como fez com a linguística tradicional, quebra a condição de uma análise mais estruturalista, muitas vezes privilegiada no cenário de pesquisa em Jornalismo. Com o *modelo de propaganda*, se busca as lógicas inerentes ao jornalismo, vinculadas ao seu próprio exercício, tal como ele fez com a questão da linguagem. Entendendo a linguagem e entendendo o jornalismo, Chomsky pode analisar um quadro mais preciso de forças do âmbito sócio-político-econômico, provendo um ativismo crítico que se torna mais próximo do alcance da esfera pública.

Ao fazer um relato de como Chomsky é um pensador do Jornalismo no campo da Análise do Conteúdo, não só podemos recolher casos paradigmáticos para o ensino da profissão, mas também fornecer um arsenal para os desafios reflexivos futuros. É apenas com uma arguta ferramenta metodológica centrada na questão dos conteúdos que podemos encarar os desafios da formação, tanto da teoria como da prática, jornalística.

Os dois problemas de Chomsky

Por ser um autor de impacto em dois campos de pesquisa, sem precisar relacioná-los na letra de seus escritos, Noam Chomsky é alvo de crítica por autores, especialmente por Júlia Kristeva, devido uma suposta condição de assimetria. Nessa linha de raciocínio, Chomsky linguista não estaria em sintonia com o Chomsky ativista/Chomsky analista da ideologia.

Causa espanto que publicações que defendem uma atitude progressista e revolucionária no plano político emprestem frequentemente suas páginas a ataques infundados contra a linguística estrutural e transformacional, acusada de “metafísica”, ou de “inútil complexidade” (...). Ignorância ou erro ideológico? (KRISTEVA, 1971: 31).

Com isso, por parte do *mainstream* do estruturalismo linguístico, Chomsky sempre foi visto como alguém que não reconhecia o exercício do poder ideológico na teorização da linguagem, algo até mesmo reforçado pelo linguista norte-americano em alguns textos. Assim, ele é alguém que separa a atividade de linguagem da atividade de agir no mundo. Seria impossível, dessa forma, relacionar os dois campos chomskianos de destaque.

No entanto, no meio do amplo debate linguístico-ideológico dos anos 1970, Augusto Ponzio (2012) e Ferruccio Rossi-Landi (1968) se dedicaram a tentar explicar esse mistério chomskyano. Para eles, a solução está em discordar da própria forma que Chomsky vê o seu trabalho

Chomsky elabora assim a explicação da relação entre o discurso sociológico-político e o discurso relativo à linguagem, subtraindo de seu condicionamento histórico social ambos os discursos e seus respectivos objetos. A explicação deve ser, ao contrário, buscada, antes de tudo, reconhecendo, uma vez mais, que *cada discurso apresenta um determinado coeficiente ideológico sempre que colocado numa situação histórico-social determinada*; e, em segundo lugar, buscando a ligação entre a linguística e a política de Chomsky *em sua base ideológica comum*. Em outras palavras, não é por sua pretensa objetividade que os dois discursos se encontram, mas pela sua perspectiva ideológica comum (PONZIO, 2012: 123). Essa perspectiva ideológica comum se encontra, para os autores, naquilo que o próprio Chomsky (1986) coloca enquanto os dois problemas acerca do conhecimento da linguagem: o problema de Platão e o problema de Orwell. O problema de Platão é o problema da questão da linguagem, ou seja, o problema da cognição. Ele se resume em explicar como o ser humano consegue conhecimento amplo, quase ilimitado, a partir de dados limitados, de uma capacidade restrita.

Já o problema de Orwell é o problema da questão da ideologia. Ele se resume em explicar como o ser humano, mesmo com dados ilimitados, se restringe em um conhecimento limitado, restrito. Assim, no ser humano, linguagem e ideologia estariam em uma condição antinômica para Chomsky.

No entanto, nessa antinomia, a base ideológica comum das duas concepções teóricas reside, tanto para Ponzio como para Rossi-Landi, em um resgate de Chomsky do pensamento federalista *founding father* dos Estados Unidos. Para entender a análise dos dois italianos, precisamos de uma breve revisão teórica.

A oculta interface Federalista de Chomsky

Para entender o Federalismo, é necessário entender, curiosamente, um movimento posterior ao deles: a crítica de Tocqueville à ideia de democracia nos Estados Unidos. Ora, Alan Swingewood (1977: 3) afirma que “*Democracia na América* (1835-40) é normalmente citado como a primeira crítica sociológica da sociedade de massa”. Essa linha é seguida por diversos autores que relacionam Tocqueville como o verdadeiro pai do conceito de massificação.

Alexis de Tocqueville, juntamente com Gustave de Beaumont, foram enviados pelo governo francês em 1831 para estudarem o sistema prisional norte-americano. A estadia durou até o ano seguinte, quando retornaram para a França. Além de escreverem o relatório demandado pelo governo do rei Louis-Philippe I, os dois se empenharam em escrever livros acerca das impressões que tiveram na viagem. No caso de Tocqueville, esse livro é o próprio *Democracia na América*, cujo primeiro volume foi publicado em 1835 e o segundo em 1840.

Um dos conceitos-chave presente no livro – e que fazem de Tocqueville o “pai” do conceito – é o da “Tirania da Maioria” (*Tyranny of Majority*), também traduzido e popularizado como “Tirania das Massas”. Tal como mostramos, a questão de uma tirania é muito bem trabalhada nas protomassificações. No entanto, nesse resgate do conceito por Alexis de Tocqueville é dado um maior enfoque às situações onde a vontade dessa maioria se faz valer perante as opiniões individuais. Apesar do tema perpassar o livro como um todo, o medo iluminista-liberal fica explícito na segunda seção do capítulo sete da segunda parte do volume um do livro – intitulada “Tirania da Maioria” – onde Alexis de Tocqueville (2002: 241) afirma enfaticamente que o que ele “mais critica no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, é não, como muitas pessoas na Europa acham, sua fraqueza, mas ao contrário, sua força irresistível. E o que é mais repugnante para mim na América não é a extrema li-

berdade que lá reina, mas a falta de garantias contra a tirania”.

Assim, quando um homem sofre uma injustiça nos Estados Unidos, ele não tem a que recorrer. Nessa linha de raciocínio, Tocqueville (2002: 241) inicia uma série de questionamentos acerca dos recursos que o indivíduo possui contra a tirania das massas: “Opinião Pública? É isso que forma a maioria; o Legislativo? Ele representa a maioria e a obedece cegamente; o Executivo? É nomeado pela maioria e a serve como instrumento passivo; as Forças Públicas? As Forças Públicas não são nada além da maioria em armas”. Nem mesmo a Justiça é poupada dessa análise, pois o “Júri é a maioria vestida com o direito de pronunciar sentenças: em alguns Estados, os juízes são eleitos pela maioria. Assim, não importando o quão pecaminosa ou irracional é a medida que atinge você, você deve obedecê-la” (TOCQUEVILLE, 2002: 241).

Essa ideia começa a ser difundida pelos Liberais e Federalistas norte-americanos, especialmente Mill (1971), unindo Tocqueville a tradição já posta por Madison (1979). Segundo Dahl (1990) e Swingewood (1977), essa crítica iluminista-liberal à “tirania das massas” era uma forma de proteger a propriedade privada e a alta cultura, respectivamente, pois essa maioria colocava em risco os direitos dos proprietários de preservar seus bens e usá-los como quisessem (DAHL, 1990: 10).

Dessa forma, Tocqueville vira uma das principais faces do lado político do liberalismo, tal qual Adam Smith o é no lado econômico da corrente. O interessante é pensar que o autor de *Democracia na América* e um dos revitalizadores do termo “Tirania das Massas” era um defensor da igualdade que, no senso comum, está mais próxima da ideia de massa (e sua homogenização) do que a de liberdade.

Dahl (1990: 15) explica que, “embora o que se torna imediatamente óbvio ao leitor seja o fascínio de Tocqueville pela igualdade e seus efeitos, sua preocupação básica, e seu mais alto valor, era a liberdade”. Indo além, em *Democracy in America*, “um tema fundamental que perpassa por ambos os volumes é o seu temor de que a igualdade esmague a liberdade, e sua busca de uma solução para o problema de como, se absolutamente possível, elas possam ser levadas a coexistir” (DAHL, 1990: 15).

No entanto, o próprio Dahl (1990: 132) ressalta a dificuldade de Tocqueville em tratar suas questões de maneira explícita, afirmando que, em suas obras, a “teoria apresenta-se frequentemente implícita, profundamente embebida no contexto e cercada de numerosas ressalvas”. Dessa forma, podemos pensar em uma narrativa posta por *Democracia na América* onde as massas são um personagem importante.

Utilizando arcabouço da Análise da Narrativa, mais especificamente o *modelo atuacional* (ou *modelo actancial*) de A. J. Greimas (1973), podemos pensar que, para Tocqueville – e, no limite, para todo o Liberalismo –, o Homem Liberal (sujeito) deverá buscar a Liberdade (objeto) dentro da Igualdade Política (destinador) para levá-la ao Cidadão (destinatário), com a ajuda dos Advogados (adjuvante) e com os obstáculos das Massas/Maioria (oponente).

O interessante é que, tal como afirmamos acima, esse modelo atuacional pode ser definido mesmo como o do Homem Liberal percorrendo toda essa escola de pensamento. Isso vai de acordo com o que Greimas acreditava dentro do escopo do modelo atuacional ser o espetáculo que dá a si mesmo o *homo loquens*. Assim, esse “espetáculo tem, entretanto, algo de particular: ser permanente; o conteúdo das ações muda o tempo todo, os atores variam, mas o enunciado-espetáculo permanece sempre o mesmo, pois sua permanência está garantida pela distribuição única dos papéis” (GREIMAS, 1973: 226).

Para isso, basta analisarmos os atuantes do *Democracia na América* e percebermos como eles se colocam como esferas de ação no pensamento liberal como um todo. Começaremos pelo sujeito, ou seja, o Homem Liberal. Ele é, na verdade, o próprio autor do livro – no caso do *Democracia na América*, é

o próprio Tocqueville – ou seja, ele representa o lugar onde todos os pensadores liberais podem entrar.

Isso é possível de perceber graças à investidura sêmica que eles dotam o objeto, ou seja, o desejo de Liberdade. Isso é claro em Tocqueville, tal como citamos acima, e pode ser encontrado, por exemplo, em John Stuart Mill onde “o princípio da liberdade é um princípio muito simples e absoluto” (SIMÕES, 2008: 15). Mesmo no precursor Madison (1979: 94) podemos encontrar sua posição contra “os inimigos da liberdade”. Agora, sobre a categoria atuacional destinador *versus* destinatário – ou seja, a Igualdade Política e o Cidadão –, está claro, mais uma vez, que o objeto é um objeto de comunicação entre destinador e destinatário. Essa relação comunicacional é colocada pelo próprio imperativo de que a Igualdade Política da Democracia demanda que se retire dela a Liberdade para destiná-la ao Cidadão como direito supremo.

Ora, “Tocqueville considerava a igualdade como dada e a liberdade como problemática. Um processo histórico grandioso forçosamente produziria igualdade, mas nenhum deles asseguraria a liberdade”. (DAHL, 1990: 46). Assim, da condição democrática pré-existente nos Estados Unidos, o homem liberal deveria buscar a liberdade para garanti-la como direito supremo do cidadão.

Mais uma vez essa ideia remonta aos federalistas. Alexander Hamilton (1979: 169), ao criticar a *bill of rights* a favor da Constituição, lembra que na última está escrito que: “Nós, o povo dos Estados Unidos, para assegurar a nós e à nossa posteridade o benefício da liberdade, temos ordenado e estabelecido esta Constituição para os Estados Unidos da América”. Ou seja, a Igualdade Política já está assegurada desde a Declaração de Independência e a vitória na Guerra contra os ingleses, assim é necessário criar dispositivos para buscar a Liberdade para o Cidadão.

O fato de a Constituição ser um dispositivo para ajudar o Homem Liberal a buscar o seu objeto de desejo nos leva à análise da categoria atuacional adjuvante *versus* oponente. A afirmação de que o Advogado é o adjuvante do Homem Liberal parece ser estranha no meio de atuantes vinculado a conceitos mais abstratos. No entanto, Tocqueville (2002: 256) afirma literalmente que está cada vez mais convencido de que, nos Estados Unidos, “o corpo de advogados forma o mais poderoso e, por assim dizer, o único contrapeso à democracia nesse país”. Aliás, essa é a resposta da questão que dá nome ao capítulo oito da segunda parte do volume 1 de *Democracia na América* sobre “o que restringe a tirania da maioria”. (TOCQUEVILLE, 2002: 250).

Tocqueville não está ressaltando o poder do Direito no auxílio à busca da Liberdade, mas sim dos Advogados apenas. Basta lembrar que, na linha de raciocínio da tirania das massas, “o Júri é a maioria vestida com o direito de pronunciar sentenças: em alguns Estados, os juízes são eleitos pela maioria. Assim, não importando o quão pecaminosa ou irracional é a medida que atinge você, você deve obedecê-la” (TOCQUEVILLE, 2002: 241).

Nessa linha de raciocínio, o Júri é combatido diretamente pelos advogados nos tribunais, “os mais visíveis órgãos usados pelo corpo de advogados para atuar na democracia” (TOCQUEVILLE, 2002: 256). É assim que, “nos Estados Unidos, pode se descobrir, sem dificuldade quanto o espírito do advogado – por suas qualidades e, devo dizer, até mesmo pelos seus defeitos – é apropriado para neutralizar os vícios inerentes ao governo popular”, tal como o Júri e outros representantes da tirania da maioria (TOCQUEVILLE, 2002: 256).

Está claro que o oponente, buscando evitar a realização do desejo de Liberdade buscado pelo Homem Liberal com a ajuda do Advogado, é a Massa ou Maioria. No entanto, por que esse tipo de coletividade na democracia é tão danosa dentro da narrativa do Liberalismo?

Conforme comentamos anteriormente, o conceito de “tirania das massas” ou “tirania da maioria”

estava presente nas discussões políticas da Grécia Antiga. O conceito de Tocqueville de “tirania da maioria”, em uma leitura mais fina, remete aos federalistas, que recorriam a exemplos históricos em suas concepções políticas.

“A história dessas repúblicas – segundo Hamilton, uma história ‘de vibração perpétua entre os extremos da tirania e da anarquia’ – era alarmante. Muitas vezes, os homens que acabavam com a liberdade (...) começavam sua carreira política cortejando o povo” (RANGEL FILHO & LAMOUNIER, 1979: XII). Os federalistas entravam em consonância com a análise presente n’*A Política* de Aristóteles sobre a tirania que vem do seio do povo.

Nos chamados *Federalist Papers*, Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, publicaram em jornal sua defesa a favor da ratificação da Constituição dos Estados Unidos como forma de manter a liberdade governamental no novo sistema político adotado. Os três adotaram o mesmo pseudônimo, Publius, em uma clara homenagem ao cônsul romano Publius Valerius Publicola.

A adoção de tal nome não é em vão. Publicola foi o principal fundador e consolidador da República Romana. Tal como ele, o Publius do *Federalist Papers* queria se situar no começo glorioso de Roma e não em sua decadência graças à ascensão de políticos *populares* – *populares* aqui, em Latim (singular: *popularis*), significa a favor do povo – tal como Júlio César, cuja ditadura foi o apogeu dos *populares*, o início de uma tirania via cargo de ditador e a dissolução da República para o Império Romano.

Nos *Federalist Papers*, a ideia de uma tirania da massa/maioria está presente, principalmente, no Federalista X, que, tal qual sabemos hoje, foi escrito por James Madison – autor da Constituição Norte-americana e, após seu afastamento dos federalistas, tornou-se autor da *Bill of Rights* e quarto presidente dos Estados Unidos.

Nela, o nome utilizado para definir a mesma ideia de massa/maioria é facção. Em sua definição, facção é “uma reunião de cidadãos, quer formem a maioria ou a minoria do todo, uma vez que sejam unidos e dirigidos pelo impulso de uma paixão ou interesse contrário aos direitos dos outros cidadãos, ou ao interesse constante e geral da sociedade” (MADISON, 1979: 95).

Só que, continua Madison (1979, p. 97), “quando uma facção não compreende a maioria, o remédio existe no mesmo princípio do governo republicano que dá à maioria os meios de destruir os projetos sinistros da facção por uma votação regular”. No entanto, quando a democracia se confronta com uma facção de maioria, “a forma do governo popular pode dar-lhe os meios de sacrificar às suas paixões ou interesses o bem público e os direitos dos outros cidadãos (MADISON, 1979: 97).

Os *Federalist Papers* foram de grande influência em Tocqueville, tanto que ele cita um longo trecho do Federalista LI atribuído a Madison. Nesse ponto, pertencente à seção que afirma que “o grande perigo das repúblicas americanas vem da onipotência da maioria”, a afirmação federalista que se destaca é aquela que diz que “é de grande importância em uma república (...) não só proteger a sociedade contra a opressão de seus governantes, mas proteger uma parte da sociedade contra a injustiça de outra parte”, no caso a maioria (MADISON *apud* TOCQUEVILLE, 2002: 249).

Mas qual é o porquê de tanto receio acerca de uma “tirania das massas” proporcionada pela possível presença, na democracia americana, de uma maioria amplamente manipulada por déspotas? Uma resposta possível, dentro da nossa abordagem mais narrativa-discursiva do tema, é a existência de um estigma *popularis*.

Os federalistas, Tocqueville e, no limite, todo o Liberalismo, vêem a massa/maioria de seu tempo como se fosse a massa de Roma. Ela já possui um crime, uma marca em sua ficha política, o de ter levado a República Romana à ruína com o seu apoio a tribunos da plebe e a outros políticos protopo-

pulistas.

Tal visão acerca da massa, como sua oponente, faz com que o Liberalismo entre como mero “comentário” às ideias *optimates*, a facção rival dos *populares*, da qual se destaca Marco Túlio Cícero. Assim, a narrativa do Liberalismo, representada aqui pela narrativa do *Democracia na América*, não é nada mais do que a retomada da narrativa dos *optimates*, só que pôde dizer com mais clareza algumas ideias – tais como aquelas presentes em Cícero (1935, 1964) – pois estavam, *enfim*, em uma democracia, algo que os romanos realmente não vivenciavam em seu sistema político.

Assim, o conceito de massificação apresentado por Tocqueville possui sua “primeiridade” por ser um ponto de convergência de situações e análises históricas. À lembrança da decadência de Roma graças aos *populares*, vemos também que o papel decisivo da participação política das massas na Revolução Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789) só dão intensidade à *tiranía da maioria* descrita por ele.

Ora, apesar de ser um liberal, Tocqueville é aristocrata, descendente do *Ancien Régime*, mesmo tendo nascido após a sua queda. Em carta à Madame Swetchine, Tocqueville (*apud* GIBERT, 1988: 16) afirma: “Tenho pelas instituições democráticas uma apetência intelectual, porém sou aristocrata por instinto, isto é, desprezo e temo as massas. Amo com paixão a liberdade, a legalidade, o respeito aos direitos, porém não a democracia. Isto é o mais profundo que há em mim”.

Coloca-se aqui, na figura da massa, toda a culpa da destruição das grandes aristocracias, ou seja, a República Romana e as Monarquias sob o signo do Contrato Social. Claro que seria desnecessário verificar o vértice do conceito de massificação na *tiranía da maioria* cunhada por Tocqueville – ponto médio entre o passado federalista e o futuro liberal –, mas fazemos aqui à guisa de conclusão da presente seção.

É claro o vislumbre de uma ampla participação sociopolítica das camadas não pertencentes às elites, especialmente no risco de revolução que, também, implica o contato direto entre as elites e as camadas não pertencentes a elas graças à ampliação dos direitos políticos. Fica pendente, então, a base do vértice sobre o âmbito de uma Comunicação Social.

Ora, na época das massificações primeiras já possuímos uma imprensa organizada, mesmo que seja em seus primeiros anos. São tempos do Quarto Poder. Esse termo surge na própria gênese da Imprensa: o seu criador foi o filósofo e membro da Câmara dos Comuns britânica Edmund Burns, por volta de 1790. Na realidade, Quarto Poder é uma má tradução do termo para o português. O termo original é *Fourth Estate*, ou seja, Quarto Estado.

Ou seja, nos tempos da Revolução Francesa, o clero é o Primeiro Estado, a nobreza é o Segundo Estado e a burguesia é o Terceiro Estado. Na Grã-Bretanha de Burns, a divisão é bastante parecida: o Parlamento britânico era dividido em Lordes Temporal (nobres), Lordes Spiritual (bispos) e os Comuns, configurando assim os três Estados que faziam “companhia” à Imprensa.

Talvez, a melhor explicação do significado dessas palavras possa ser encontrada cinquenta anos mais tarde, em 1841 – uma definição contemporânea ao segundo volume de *Democracia na América* –, com Thomas Carlyle (1997: 87), reitor da Universidade de Edimburgo: “Burke disse que havia três Estados no Parlamento; mas, na distante Galeria dos Repórteres, sentava um Quarto Poder mais importante do que todos (...). Literatura é nosso Parlamento também”.

Assim, a “Imprensa, que vem necessariamente da escrita como digo normalmente, é equivalente à Democracia: inventada a escrita, Democracia é inevitável. Escrita traz Imprensa; traz Imprensa universal, cotidiana e espontânea, como vemos no presente. Qualquer um pode falar” (CARLYLE, 1997: 88). Essa situação só amplia o vislumbre da participação política das massas e seu contato direto com

as elites, mesmo que seja só através dos novos “campeões do povo”, os *populares* do século XIX.

O Quarto Poder surge ideologicamente, no limite, na contraposição dos próprios Partidos Políticos. A Imprensa representa o povo – ou seja, massas e elites unidas à luz de princípios e tradições nacionalistas – como uma única instituição que abarca todas as vozes, já os Partidos Políticos só o fazem quando estão em pluralidade no Parlamento.

No entanto, isso é apenas ideologicamente. Na verdade, Partidos Políticos e Imprensa possuem a mesma raiz comum, tanto na Europa como nos Estados Unidos e no Brasil. Os jornais, no princípio de sua consolidação como principal instituição da esfera pública, foram as vozes dos Partidos.

Um episódio no processo revolucionário francês explica tal afirmação. Carlos X, o último rei Bourbon da França, decreta as *Ordonnances de Saint-Cloud*, em 24 de julho de 1830, e suprime a liberdade de imprensa. Os jornalistas se reúnem no diário *Le National*, famoso pela palavra-de ordem “O Rei reina, mas não governa”, e iniciam o prelúdio da Revolução de Julho que o derrubaria e colocaria o “Rei-cidadão”, Louis-Philippe I.

Na formação da esfera pública burguesa, esse é um fato-chave. Imprensa e Partidos Políticos andavam lado-a-lado nas lutas públicas, tanto que Habermas (1984: 90) afirma que “somente a Revolução de Julho, que recebe a sua palavra-de ordem do *National*, jornal de oposição fundado por Thiers e Mignet, soube devolver à imprensa, aos partidos e, finalmente, ao Parlamento (...), a liberdade de ação que lhe haviam assegurado os revolucionários Direitos do Homem (HABERMAS, 1984: 90).

Voltando um pouco antes da idéia de Quarto Poder, a liberdade de imprensa britânica já transformava jornais como *The Craftsman*, no período de 1727 a 1742, em intermediários da antítese *whiggery* na esfera pública britânica. Assim, se a oposição política “havia sido, até então, possível como tentativa de impor à força interesses sob a forma de frentes e de guerra civil; agora, intermediada por um público politizado, ela assumiu a configuração de permanente controvérsia entre partido do governo e partido da oposição” (HABERMAS, 1984: 82).

No entanto, não tarda para os jornais saírem do caráter intermediador para se tornarem dogmáticos e identificáveis com determinados Partidos ou facções partidárias. Na busca de exemplos próximos, podemos lembrar que no período de 1815 a 1821, os periódicos brasileiros começam a luta pela Independência. “Mas, se vários jornais defendiam a Independência, outros procuravam combatê-la. Na Independência, a imprensa se caracterizava por ser extremamente doutrinária, relegando a informação para segundo plano” (LOPES, 2008: 8).

Ciro Marcondes Filho (2002: 12), voltando os olhos para a imprensa europeia, afirma que “nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz”. Eis tempos onde o jornalismo – porta-voz da ideologia – deveria ser o bastião da igualdade, característica inata do ser humano, na defesa da liberdade.

É nesse inatismo da igualdade que Chomsky se baseia tanto sua linguística como sua crítica ideológica, com a qual fará seus procedimentos de Análise de Conteúdo do Jornalismo. Para provar sua posição, Ponzio montou um quadro comparativo de analogia entre as afirmações federalistas e dos *founding fathers*

Tabela 1
Comparação Founding fathers - Chomsky

Documentos	Thomas Jefferson	Noam Chomsky
<p>“Nós acreditamos que (...) todos os homens foram criados iguais (...)” (<i>Declaração da Independência</i>)</p>		<p>“Penso que, entre as características biológicas que determinam a natureza humana, existem algumas que têm a ver com o desenvolvimento como membro da sociedade humana; algumas que têm a ver com o desenvolvimento estético (...). Suspeito que se trate de características (...) que são parte do ser humano precisamente assim como ter pernas e braços é parte do ser humano”</p> <p>“A linguagem é instrumento de pensamento e de autoexpressão não apenas ‘para o indivíduo excepcionalmente dotado, mas também para qualquer ser humano normal”</p>
<p>“Dessa criação baseada na igualdade derivam direitos inalienáveis (...). Com o objetivo de garantir esses direitos foram criados entre os homens os governos que derivam seus justos poderes do consenso dos governados; sempre que uma forma qualquer de governo tende a negar tais fins, é direito do povo modificá-lo ou destruí-lo e criar um novo governo que se fundamente naqueles princípios” (<i>Declaração da Independência</i>)</p>	<p>“Existem ‘princípios morais com base nos quais deve ser exercido o governo’ e que ‘convêm a todo tipo de sociedade”</p>	<p>“Assim como as línguas particulares são ‘modificações secundárias de uma estrutura fundamental’, assim também os vários sistemas sociais obedecem a leis específicas da natureza humana. A organização social deve permitir a mais plena e livre expressão das exigências naturais humanas. Tendo em conta a natureza humana podem ser expressos adequados ‘juízos de valores sobre a forma que a sociedade deveria tomar, sobre como deveria mudar e como deveria ser construída”</p>
	<p>“Restabeçamos nas relações sociais a harmonia e a solidariedade sem as quais a liberdade e mesmo a própria vida são bem míseras”</p> <p>“Estamos plenamente convencidos, e atuamos segundo esse convencimento, de que com as nações, assim como com os indivíduos, os nossos interesses sabiamente entendidos se revelarão sempre inseparáveis dos nossos deveres morais”</p> <p>“O <i>bellum omnium in omnia</i> foi erroneamente considerado como condição natural. Ele é, ao contrário, fruto do abuso do homem”.</p>	<p>“A fraternidade, a solidariedade e a amizade são necessidades humanas primárias, não menos que a necessidade de aumentar seus bens e melhorar as condições de trabalho”</p>
	<p>“A ação direta e pessoal dos cidadãos nos assuntos que entram em sua esfera de capacidade, e em todos os outros casos por meio de representantes eleitos e revocáveis, constitui a essência de uma república”</p> <p>“Devemos a nós mesmos, aos nossos irmãos unidos no pacto federal, e ao mundo inteiro, qualquer sacrifício para continuar (...) o grande experimento que demonstrará que o homem é capaz de viver em uma sociedade que se governa por si com leis autoimpostas, e que assegura aos seus membros o gozo da vida, da propriedade e da paz”</p>	<p>“É preciso fazer de modo que as massas populares possam tomar parte ativa no controle democrático das instituições sociais”</p>
<p>“O Congresso não poderá fazer nenhuma lei para limitar a liberdade de expressão e de imprensa (<i>1ª emenda à Constituição dos Estados Unidos</i>)</p>		<p>“A linguagem é livre instrumento de pensamento e de expressão. O uso da linguagem é inovador e independente do controle de estímulos externos ou internos. Esta interpretação da linguagem ‘se conecta à teoria liberal no sentido clássico (...) e à ideia de liberdade das limitações, de liberdade para o ser humano na sua totalidade. Vejo esta como uma possível direção radical dos estudos linguísticos”</p> <p>“O reconhecimento da liberdade humana nos fatos da linguagem implica o reconhecimento da liberdade humana na sociedade”</p>
	<p>“Esta assembleia professa ademais (...) a doutrina de que o pacto constitucional, ao autorizar o governo federal a impor e a recolher tributos, etc., não lhe conferiu desse modo o poder de fazer qualquer coisa que pense ou pretenda que possa promover o bem-estar geral, interpretação esta que o transformaria num governo (...) sem limitações de poder”</p>	<p>“É preciso opor-se à centralização da função decisória do governo e ao predomínio de uma tecnologia liberal que ‘elabora uma ideologia que justifica tal estado de coisas com base no bem-estar geral’, ‘que aspira a um papel dominante na direção do estado de bem-estar”</p>

FONTE – Ponzio, 2012: 143-146.

Assim, a liberdade é a palavra-de-ordem no pensamento de Chomsky e, no limite, a eterna vigiância em seu ativismo. Com isso, os textos jornalísticos analisados por Chomsky e o próprio método de análise de conteúdo que ele desenvolveu se resumem em uma busca pelo paradigma da liberdade. O “modelo de propaganda”, nada mais nada menos, é uma forma de vislumbrar os desvios do jornalismo nessa busca.

A busca pela Liberdade: Jornalismo e a análise de conteúdo de Chomsky

Como mencionamos no início desse texto, o “modelo de propaganda” é uma espécie de solidariedade orgânica inconsciente onde a mídia ajudaria a manutenção do *status quo* ao passar as “todas as notícias possíveis” nos cinco filtros do modelo de propaganda, a saber: (1) a busca por lucros da corporação jornalística; (2) publicidade externa; (3) confiança nas informações estatais e nos *experts*; (4) fogo anti-mídia; e (5) anti-comunismo ou anti-eixos do mal. O que não estivesse de acordo com um dos filtros, não era publicado.

Assim, ao invés de termos uma mídia que – de acordo com a visão liberal da fundação dos Estados Unidos do qual Chomsky possui uma base ideológica comum – deveria ser a defensora máxima da liberdade, baseada no inatismo da igualdade, acabamos por ter uma mídia que caminha em uma direção oposta. Ela se torna um exercício da linguagem incompatível com sua natureza. A mídia acaba por ocupar as sombras do problema de Orwell na antinomia humana da linguagem-ideologia graças aos filtros.

Esses elementos [filtros] interagem e se fortalecem entre si. O material cru das notícias deve passar por filtros sucessivos, deixando apenas o higienizado resíduo pronto para imprimir. Eles fixam as premissas do discurso e da interpretação, definem o que é válido para as notícias em primeiro lugar e explicam a base e as operações para a propaganda funcionar. A dominação da mídia pela elite e a marginalização dos dissidentes que resulta do funcionamento desses filtros ocorrem tão naturalmente que os jornalistas, frequentemente trabalhando com integridade e boas intenções, estão aptos a se convencerem que escolhem e interpretam as notícias “objetivamente” e de acordo com os valores-notícias profissionais (HERMAN & CHOMSKY, 2002: 2).

Eis aqui o problema de Orwell em pleno vapor, especialmente colocando a ideologia midiática enquanto uma ação contra a luta por liberdade no inatismo da igualdade. Com isso, há de ser radical.

Afinal, se para Chomsky (*apud* PONZIO, 2012: 146), a radicalidade dos estudos linguísticos reside em encarar a linguagem enquanto “livre instrumento de pensamento e de expressão. O uso da linguagem é inovador e independente do controle de estímulos externos ou internos. Esta interpretação da linguagem ‘se conecta à teoria liberal no sentido clássico (...) e à ideia de liberdade das limitações, de liberdade para o ser humano na sua totalidade”. Assim, é com esse parâmetro, que Chomsky vê a atuação linguística da mídia e busca combatê-la com ativismo radical. No entanto, como podemos considerar isso uma Análise de Conteúdo?

Ora, podemos lembrar a crítica que Bardin faz da relação entre Análise de Conteúdo e Linguística. Apesar de ambas terem, aparentemente o mesmo objeto – que seria a linguagem –, há uma distinção fundamental:

Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por F. de Saussure, a linguística não procura saber o que significa uma parte, antes tentando descrever quais as regras que tornam possível qualquer parte. A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis (BARDIN, s/n: 43).

O que Chomsky faz, no limite, é ser um autor que trabalha com os dois polos: o manual e os jogadores. Trabalho esse que ele realiza separadamente mas, conforme vimos, com uma base comum. Além disso, o seu trabalho com conteúdo, com os jogadores, segue o paradigma do *frequencial*, posto por Bardin como o mais comum na tradição de Análise de Conteúdo, desde suas origens no cenário de estudos norte-americanos da Comunicação posto por Lasswell.

Afinal, podemos reconhecer nos escritos chomskyanos sobre a mídia uma motivação semelhante à máxima lasswelliana de “quem diz o que a quem e com que efeito”. Essas quatro posições – (1) quem diz; (2) o que; (3) a quem; e (4) com que efeito – são, no limite, as quatro posições escrutinadas por Chomsky na célebre comparação entre notícias sobre Camboja e notícias sobre Timor Leste no *New York Times* que fizeram *Manufacturing Consent* tão célebre. Podemos até dizer que, no “modelo de propaganda” enquanto Análise de Conteúdo”, a mídia (1) noticia as crueldades no Camboja (2a) e silencia acerca das mesmas crueldades no Timor Leste (2b) para o público norte-americano (3) visando a construção do consenso necessário para a manutenção da situação antilibertária do capitalismo atual (4).

Através de quantificações que levam a conclusões assim é que vemos a importância da Análise do Conteúdo dentro do amplo campo de pesquisa em Ciências da Comunicação, especialmente nos Estudos do Jornalismo. E, de fato, os estudos de Chomsky são inspiradores nesse campo, já que foi reconhecido como o oitavo autor mais citado, a partir dos anos 1970, na área de Artes e Humanidades e o primeiro autor mais citado em Ciências Sociais (ABRAMO 1999). Assim, incentivar empreitadas que visam desvelar outros sinais do problema de Orwell deve ser uma missão que os estudiosos de Jornalismo devem ter para si.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, C. W. “A cabeça que pensa por nós”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha, 09/05/1999.
- ACHBAR, M. & WINTONICK, P (diretores). **Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media** (documentário). Austrália/Finlândia/Noruega/Canadá, 1992, 162 min.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, s/d.
- CARLYLE, T. **Heroes and Hero Worship**. Champaign: Project Gutenberg, 1997.
- CHOMSKY, N. **Knowledge of Language**. Westport: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. **Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies**. New York: South End Press, 1989.
- CICERO. **The Verrine Orations II**. The Loeb Classical Library. Cambridge: HUP, 1935.
- DAHL, R. A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- GIBERT, P. “Textos Seleccionados e Apresentados”. In TOCQUEVILLE, A. de. **Igualdade Social e Liberdade Política**. São Paulo: Nerman, 1988.
- GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

- HABERMAS, J. **Mudança Estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: TempoBrasileiro, 1984.
- HAMILTON, A. “O Federalista LXXXIV [Objecções mistas]”. In: WEFFORT, F. (org). **Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HERMAN, E. S. & CHOMSKY, N. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon, 2002.
- KRISTEVA, J. “La sovversione linguística”. *Carte Segrete*. n° 15. p. 21-48.
- LOPES, D. F. “Uma História marcada por censura e resistência” **Jornal da USP**. São Paulo: CCS-USP, 02/06/2008, p. 8-11.
- MADISON, J. “O Federalista X [Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições]”. In: WEFFORT, F. (org). **Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo – a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.
- MILL, J. S. **On Liberty**. London: Oxford University Press, 1971.
- PONZIO, A. *Linguística chomskyana e ideologia social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- RANGEL FILHO, C. M. & LAMOUNIER, B. “Federalistas: vida e obra”. In: WEFFORT, F. (org). *Os Pensadores: Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- ROSSI-LANDI, F. *Linguaggio come lavoro e come mercato*. Milão: Bompiani, 1968.
- SIMÕES, M. C. **John Stuart Mill & A Liberdade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- SWINGWOOD, A. **The Myth of Mass Culture**. London: Macmillan, 1977.
- TOCQUEVILLE, A. de. **Democracy in America**. Chicago: UOC Press, 2002.